



Medidas Coercivas no Pagamento das Propinas

Nos últimos anos, temos assistido a um aumento da dependência da obtenção de receitas próprias por parte das Instituições de Ensino Superior. Assistimos também, no passado, a um aumento do valor das propinas bem como de um aproveitamento camuflado por parte das Instituições na cobrança de valores dificilmente justificáveis por via das taxas e emolumentos, temáticas que o movimento associativo nacional já se pronunciou contribuindo com propostas pragmáticas e defensoras da igualdade de oportunidades tão necessário no acesso ao Ensino Superior.

Com a crise económico-financeira e social que recentemente afetou vários países da Europa, as famílias viram-se muito afetadas e as irregularidades nos pagamentos da propina aumentaram consideravelmente. Ora, se por um lado as Instituições viram-se obrigadas a procurar receitas próprias e a garantir pagamento das prestações da propina por parte dos estudantes, e por outro lado, os estudantes foram muito afetados financeiramente pela crise económico-financeira, surgiu um fenómeno em várias Instituições de Ensino Superior que implementaram medidas coercivas para recuperação de valores em dívida pelos estudantes, nomeadamente, o bloqueio de plataformas virtuais *online*, impossibilidade de acesso a notas, impossibilidade de transferência de inscrições a cadeiras, impossibilidade de inscrições a melhoria, impedimento do lançamento de notas mas, surpreendentemente e de uma forma alarmante, assistimos hoje a estudantes que se veem impedidos de realizar as suas avaliações sem qualquer aviso prévio ou notificação.

Deste modo, entende o movimento associativo nacional que cabe ao Ensino Superior ser um veículo de mobilidade social e que qualquer jovem estudante deve ter direito à sua frequência no Ensino Superior em igualdade de oportunidades e respeitado com dignidade sendo, por isso, urgente retirar ilações deste tipo de práticas coercivas para com todos os estudantes.



Assim, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas nos dias 11 e 12 de junho, vêm por este meio requerer:

1. Que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior se pronuncie sobre este tipo de práticas coercivas, nomeadamente, sobre o impedimento dos estudantes realizarem as suas avaliações;
2. Que o Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior elabore um diploma que limite, imediatamente, o tipo de práticas coercivas promovidas pelas Instituições de Ensino Superior;
3. Que se proceda a uma real uniformização do número de prestações no pagamento da propina em todas as Instituições de Ensino Superior do país, no sentido de garantir uma maior flexibilidade ao estudante no pagamento deste encargo.

Viana do Castelo, 10 e 11 de Junho de 2017

Endereçado a: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

